

INSEGURANÇA ALIMENTAR: DA NECESSIDADE HUMANA AO LUXO DA ELITE

Thalya Chaves OLIVEIRA¹

Pedro Antônio Souza OLIVEIRA²

Gabriela Rocha TAVARES³

Layane Iara SILVA⁴

Lorena Andrade HENRIQUE⁵

RESUMO: Destaca-se que o acesso aos alimentos é crucial a todas as pessoas para o seu sustento e aporte nutricional e seus hábitos trazem impactos sociais, econômicos, ambientais, humanos e culturais. Deste modo podemos destacar que as manifestações da insegurança alimentar são variadas como a fome, desnutrição, deficiências específicas, até o excesso de peso e doenças relacionadas à desnutrição. Outro ponto a ser observado são as políticas públicas que foram adotadas após o programa fome zero, bolsa família, teve uma diminuição da fome de milhões de pessoas nos anos 2000 e em alguns casos o acesso aos alimentos depende da renda do indivíduo, como por exemplo a alimentação escolar das crianças ou a produção de alimentos para consumo próprio na agricultura familiar. O objetivo desse trabalho é apresentar os fatores associados à insegurança alimentar e evidenciar como a elite política brasileira está diretamente ligada com o tema. Realizamos um levantamento bibliográfico baseado em artigos em base de dados como: “SciELO” e Google Acadêmico”, além de palavras-chave como “fome”, “políticas” e “alimentação”.

PALAVRAS-CHAVE: fome; política; alimentação.

ABSTRACT: It is noteworthy that access to food is crucial to all people for their nutritional support and supply and their habits bring social, economic, environmental, human and cultural impacts. In this way we can highlight that the manifestations of food insecurity are varied such as hunger, malnutrition, specific deficiencies, even overweight and malnutrition-related diseases. Another point to be observed are the public policies that were adopted after the zero hunger program, Bolsa Família, had a decrease in hunger of millions of people in the years 2000 and in some cases access to food depends on the individual's income, such as school feeding or the production of food for own consumption in family farming. The objective of this work is to present the factors associated with the food elite and the

¹Faculdade Santa Rita de Cássia-Unifasc, Itumbiara-GO. Graduando do Curso de Nutrição pela Faculdade Santa Rita de Cássia. E-mail: chavesthalya@gmail.com

²Faculdade Santa Rita de Cássia-Unifasc, Itumbiara-GO. Graduando do Curso de Nutrição pela Faculdade Santa Rita de Cássia. E-mail: pedronutri@outlook.com.br

³Faculdade Santa Rita de Cássia-Unifasc, Itumbiara-GO. Graduando do Curso de Nutrição pela Faculdade Santa Rita de Cássia. E-mail: layane.silva.94651@gmail.com

⁴Faculdade Santa Rita de Cássia-Unifasc, Itumbiara-GO. Graduando do Curso de Nutrição pela Faculdade Santa Rita de Cássia. E-mail: gabirocha97@hotmail.com

⁵Faculdade Santa Rita de Cássia-Unifasc, Itumbiara-GO. Docente do Curso de Nutrição da Faculdade Santa Rita de Cássia. E-mail: lorenaahenrique@hotmail.com

evidence as a Brazilian policy directly linked to the theme. We carried out a bibliographic survey based on articles in databases such as: “Scielo” and Google Academic”, as well as keywords such as “hunger”, “policies” and “food”.

KEYWORDS: hungry; policy; food.

1. INTRODUÇÃO

O acesso definitivo aos alimentos é visto como uma condição essencial para o sustento de todos os seres humanos. A escolha dos alimentos e dos hábitos alimentares trazem impactos ambientais, humanos e culturais, pois movimentam os sistemas de produção, distribuição e consumo dos mantimentos. O ato de se alimentar vai muito além do que somente uma ação biológica, de manutenção da vida ou de prazer (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos- ABRANDH, 2013).

A alimentação precisa ser entendida como um ato de transformação da natureza sobre a raça humana, sendo além de somente química, de absorção de nutrientes, física, de posse simples em condições naturais a forma de comida, transformando o processo alimentar em um ritual criativo, de compartilhamento, afeto, amor, solidariedade e comunicação entre o homem e a natureza, sendo características culturais que intercala todos os grupos humanos (VALENTE, 2002).

O conceito de segurança alimentar e nutricional foi estendido para além do quadro dos processos de deficiência nutricional devido à transformação nutricional marcada por uma dupla carga de doenças, ou seja, a coexistência de deficiências (desnutrição e deficiências de micronutrientes) e aquelas associadas ao excesso de peso e doenças não transmissíveis doenças crônicas. Nesse contexto, a (in)confiança alimentar pode ser detectada por diversas manifestações, que vão desde a fome, a desnutrição e deficiências específicas, até o excesso de peso e doenças relacionadas à desnutrição que geralmente estão associadas a outro tipo de fome, a "fome oculta", que caracteriza-se pela inadequação quantitativa e/ou qualitativa da dieta, levando ao comprometimento da capacidade cognitiva, da capacidade laboral e da morbimortalidade relacionada (MORAIS, et. al, 2014).

A ausência da fome e o acesso regular à alimentação de qualidade são pré-requisitos para a efetivação de outros direitos que, por conseguinte, não podem se dividir e logo, garantem os direitos dos indivíduos (CONGRESSO NACIONAL, 2006).

A fim de contribuir e expor a realidade presente na nossa sociedade, o objetivo desse trabalho é apresentar os fatores associados à insegurança alimentar e evidenciar como a elite política brasileira está diretamente ligada com o tema.

1.1 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo, foi realizado um levantamento bibliográfico baseado em artigos científicos, publicados em periódicos médicos, além de utilizar-se também de base de dados como: “Scielo” e Google Acadêmico”. Foram utilizadas como palavras-chave “insegurança alimentar”, “fome”, “políticas” e “alimentação”.

2. DESENVOLVIMENTO

Na economia brasileira, o acesso exclusivo e direto aos alimentos depende da renda econômica da pessoa para comprar tais mantimentos. Uma grande parte da população possui rendimentos muito baixos, determinando a insegurança alimentar, não por luxo ou vaidade ao querer frequentar a alta gastronomia, mas do acesso ao alimento para simples sobrevivência. É importante lembrar que existem situações nas quais o acesso aos alimentos não depende da renda da pessoa, como crianças que recebem refeição escolar ou da produção de alimentos para autoconsumo na agricultura familiar (HOFFMANN, 2008).

Um dos principais alimentos que são fundamentais para a vida humana é a água potável. Nosso corpo é composto de cerca de 70% de água, e sem ela, o ser humano morreria em média de quatro a sete dias, tempo extremamente rápido em comparação a outros nutrientes (LATHAM, 1997).

Porém, nem todas as pessoas possuem acesso à água tratada, pois, de fato, na nossa sociedade há um grande desafio relacionado a essa questão. Os dados do Ranking do Saneamento, feitos pelo Instituto Trata Brasil, dizem que ao menos 35 milhões de brasileiros – 5,5 milhões nas 100 maiores cidades do País –, não possuem acesso à água potável e 100 milhões de pessoas à coleta e tratamento de esgotos, sendo 21,7 milhões nos maiores municípios (AGÊNCIA CBIC, 2021).

Em uma reportagem de 2021, a qual relatou o caso específico de uma mulher presa em São Paulo acusada de furtar refrigerante, macarrão instantâneo e suco em pó alegando estar com fome e justificando seus atos por intenção de alimentar seus cinco filhos não é um caso isolado de insegurança alimentar (CELEPAR, 2021).

O fato é que o índice de desemprego aumentou no ano de 2021 atingindo recorde de 14,7% no primeiro trimestre, ou seja, 14,805 milhões de desempregados (FORBES, 2021). Apesar de não justificar por certo o roubo, o caso chama bastante atenção por vivenciarmos a luta da sociedade em busca de apenas uma refeição para saciar a fome. Entretanto, hoje em dia segundo a FAO, cerca de 40% da população convivem com algum grau desse problema, e isso afeta três a cada dez pessoas, que está ligado diretamente com aumento no preço dos alimentos, redução de salários ou perda de fonte de renda (IPEA, 2022).

Por outro lado, a insegurança alimentar é um conceito relacionado com a segurança nacional, uma vez que a soberania de uma nação corre o risco de fragilizar-se ao não garantir alimento em quantidade e qualidade suficientes à sua população. Por exemplo, no ano de 2003 foi implementado o programa “Fome Zero” criado no governo de Luiz Inácio da Silva Lula tendo um orçamento de R\$ 1,8 bilhões de reais que deu as famílias carentes um cartão alimentação de R\$ 50,00 reais ao mês para comprar o que quisesse, exceto bebidas alcoólicas, refrigerantes e fumo (SUPLICY, 2003). O principal objetivo do Programa Fome Zero é resguardar o direito à alimentação por meio da promoção da segurança alimentar, incluindo ações e programas desenvolvidos pelo governo federal em conjunto com estado, município e sociedade civil. Há fontes de que grupos empresariais influentes apoiaram a proposta do programa e se dispuseram a fazer doações. Com o apoio de grandes empresas e conglomerados públicos, associações empresariais privadas e redes de supermercados participando, criou-se uma relação entre o setor público e o privado, com diferentes responsabilidades sociais configuradas (TOMAZINI & LEITE, 2016).

As políticas públicas adotadas após o programa Fome Zero, como o Bolsa Família, diminuiu a fome de cerca de 19 milhões de pessoas nos anos 2000 para pouco mais de 2,5% de 2008 a 2010, segundo as estatísticas da FAO, em menos de dez anos. Nos anos seguintes, o programa inspirou a FAO e o secretário geral das Nações Unidas que lançou o “Desafio Fome Zero” no decorrer da Cúpula Rio+20 que previa um conjunto de cinco pontos no qual pedia o fim da fome e desnutrição em todas as suas formas. Naquela ocasião, citou o Brasil como exemplo a ser seguido (SILVA, 2018).

Em contrapartida, em janeiro de 2019, o então presidente Jair Messias Bolsonaro, assim que tomou posse, em seu primeiro dia como líder político, assinou a Medida Provisória 870, e encerrou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O presidente também excluiu os agricultores de receberem o Auxílio Emergencial (programa criado na pandemia do Coronavírus em 2020) vetando também projetos que visavam beneficiar os agricultores que foram de alguma forma atingidos pela pandemia (OLIVEIRA, 2021). O auxílio emergencial durou cerca de 17 meses e beneficiou 9,68 milhões de brasileiros. Com o fim, 25 milhões de pessoas ficaram sem renda, obrigando-as a voltarem ao mercado de trabalho enfrentando insegurança e indefinição sobre os valores (O GLOBO, 2021).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a insegurança alimentar e nutricional é um problema real no Brasil que impactam em aspectos ambientais, humanos e culturais. É um problema que vai muito além de somente economia e renda, mas também de políticas públicas. Essa insegurança é reflexo não somente da situação miserável que vive a população pós período de pandemia, mas também, representação de uma liderança que dá o alimento e toma de volta. Dada à importância do assunto, é de suma relevância o papel do governo na segurança alimentar de sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANDH, Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. “O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”. Disponível

em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf>.

CELEPAR. Notícias - Ministério Público do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://mppr.mp.br/2021/10/24028>>. Acesso em: 24 maio. 2022.

AGENCIA CBIC. 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável no país. Disponível em: <<https://cbic.org.br/35-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-agua-potavel-no>>.

1475–1488, 1 maio 2014. disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/hTDB7QSGT5f6P9smKXkC3HR/?format=html&lang=pt;>>.

TOMAZINI, C. G.; LEITE, C. K. DA S. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 13–30, jun. 2016.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002. 272 p.